NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92

NIRE Nº 42 3 0005082-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (Novo Estado ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), Novo Estado é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Pará e Tocantins, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 03/2018-Aneel Lote 03. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 305,5 milhões (base julho/2023).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 03/2018- Lote 03 Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Xingu – Serra Pelada (circuit 1)	443,0	500
Xingu – Serra Pelada (circuit 2)	443,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuit 1)	415,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuit 2)	415,0	500
Serra Pelada - Itacaiúnas	115,0	500
Total	**1.831,0**	

Subestação	Voltagem	Transformadores	Área
Serra Pelada	500/√3 kV	9x60 MVA = 1.620 MVA	808.400 m²

A Companhia não tem empregados e sua Administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado no ativo.

Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Novo Estado Participações S.A. ("NEP"), uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R$ 5,50.

Desempenho operacional

O índice de disponibilidade total em 2025 atingiu 99,98%, 0,02 p.p. inferior ao obtido em 2024, de 100,00%. O ativo tem apresentado resultados de performance operacional de excelência desde sua entrada em operação comercial.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2025	31.12.2024	Variação (R$)	Variação %
Receita operacional líquida	576.800	584.866	(8.066)	(1,4)
Custos operacionais	(12.530)	(18.900)	6.370	(33,7)
EBITDA e EBIT	574.389	569.980	4.409	0,8
Resultado financeiro	(221.185)	(245.344)	24.159	(9,8)
Lucro líquido do exercício	249.858	197.057	52.801	26,8

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Receita operacional líquida: decréscimo de R$ 8.066, referente, principalmente, à conclusão da implementação do reforços no Sistema de Transmissão, impactando na redução da receita de construção, bem como ao reconhecimento em 2025 de baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto somada a baixas de valores provisionados e não realizados durante a construção dos ativos. O efeito negativo anteriormente citado, foi amenizado pelo incremento de R$ 8.981 nas receitas de O&M.

Custos operacionais: diminuição de R$ 6.370, referente, substancialmente, ao decréscimo de R$ 15.272 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão entre os exercícios em análise (contrapartida do valor negativo citado na receita, como ganho de eficiência na implementação devido a redução do custo total do projeto), parcialmente atenuada pelo aumento nos custos de pessoal, no montante de R$ 9.482.

Resultado do serviço e Ebitda: a variação é justificada pelo efeito positivo na redução dos custos operacionais de R$ 6.370, bem como pelo reconhecimento do ganho na atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP no montante de R$ 11.981, e suavizada pela redução da receita operacional líquida em R$ 8.066.

Resultado financeiro: elevação motivada, principalmente, pela manutenção do caixa e dos respectivos efeitos da rentabilidade das aplicações financeiras.

Lucro líquido do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado (após deduções previstas no Estatuto Social); de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

Agradecimentos

A Administração de Novo Estado agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.527	84.741
Contas a receber de clientes	5	64.477	56.140
Crédito de imposto de renda e contribuição social		21.499	23.459
Ativo de contrato	7	387.519	356.719
Outros ativos circulantes		25.238	25.034
		579.260	**546.093**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo de contrato	7	4.106.347	3.988.803
Depósitos vinculados	6	61.751	72.634
Outros ativos não circulantes		3.836	580
		4.171.934	**4.062.017**
Imobilizado		**3.679**	**3.324**
Intangível		**190**	**250**
		4.175.803	**4.065.591**
TOTAL DO ATIVO		**4.755.063**	**4.611.684**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	17.980	28.504
Dividendos	12.c	59.341	46.801
Financiamentos	10	121.724	121.224
Obrigações fiscais e regulatórias		4.746	4.735
Outros passivos circulantes		3.921	3.278
		207.712	**204.542**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	10	2.791.763	2.799.893
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	236.432	140.118
Outros passivos não circulantes		1.739	9
		3.029.934	**2.940.020**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		1.314.357	1.314.357
Reservas de lucros		203.060	152.765
		1.517.417	**1.467.122**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.755.063**	**4.611.684**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**576.800**	**584.866**
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura		21.648	6.376
Serviços de terceiros		(18.157)	(20.470)
Material		(643)	(667)
Pessoal		(9.629)	(147)
Outros		(5.749)	(3.992)
		(12.530)	**(18.900)**
LUCRO BRUTO		**564.270**	**565.966**
Despesas operacionais			
Outras receitas operacionais, líquidas		10.119	4.014
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**574.389**	**569.980**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		16.760	2.928
Juros sobre financiamentos	10	(134.860)	(143.701)
Variação monetária sobre financiamentos	10	(107.194)	(104.825)
Outras receitas financeiras, líquidas		4.109	254
		(221.185)	**(245.344)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**353.204**	**324.636**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(7.032)	(23.721)
Diferido	11	(96.314)	(103.858)
		(103.346)	**(127.579)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**249.858**	**197.057**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,19010**	**0,14993**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**249.858**	**197.057**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**249.858**	**197.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023		**1.314.357**	**2.509**	**35.758**	**-**	**1.352.624**
Dividendos intermediários		-	-	(35.758)	-	(35.758)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	197.057	197.057
Destinações propostas à AGO:						-
-Reserva legal		-	9.853	-	(9.853)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(46.801)	(46.801)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	140.403	(140.403)	-
Saldos em 31.12.2024	**12**	**1.314.357**	**12.362**	**140.403**	**-**	**1.467.122**
Dividendos intermediários		-	-	(140.403)	-	(140.403)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	249.858	249.858
Dividendos não reclamados[1]					181	181
Destinações propostas à AGO:						
-Reserva legal		-	12.493	-	(12.493)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(59.341)	(59.341)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	178.205	(178.205)	-
Saldos em 31.12.2025	**12**	**1.314.357**	**24.855**	**178.205**	**-**	**1.517.417**

(1) Os valores de dividendos não reclamados foram transferidos de outros passivos para a reserva de retenção de lucros após prazo de prescrição de 3 anos, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, Art. 287, II, "a".

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**353.204**	**324.636**
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(522.364)	(528.335)
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	13.193	(6.972)
Rendimentos sobre depósitos vinculados ao serviço da dívida	(9.540)	(7.630)
Perda por ineficiência na construção	(8.771)	(11.512)
Juros sobre financiamentos	134.860	143.701
Variação monetária sobre financiamentos	107.194	104.825
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	(11.981)	(5.456)
Outros	(3.983)	1.779
Resultado antes dos tributos ajustado	**51.812**	**15.036**
Redução (aumento) nos ativos		
Ativo de contrato	381.578	383.438
Contas a receber de clientes	(8.355)	(11.159)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.960	(20.706)
Outros ativos	8.735	(6.184)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(10.524)	(10.975)
Obrigações fiscais e regulatórias	(16)	(800)
Outros passivos	(822)	(6.484)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**424.368**	**342.166**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(143.068)	(144.354)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(11.452)	(15.011)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**269.848**	**182.801**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(665)	(501)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(665)**	**(501)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de financiamentos	(106.616)	(117.192)
Pagamento de dividendos	(187.204)	(47.677)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	20.423	11.903
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(273.397)**	**(152.966)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.214)**	**29.334**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	84.741	55.407
Saldo final	80.527	84.741
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.214)**	**29.334**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	(11.024)	(12.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 03, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza aproximadamente 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018.

Em 27.02.2023, a Companhia finalizou a implantação do Projeto Novo Estado a partir da energização das linhas de transmissão entre as subestações Xingu e Serra Pelada, última etapa necessária para o atingimento da operação integral do sistema de transmissão. A operação comercial iniciou em dezembro de 2021 e teve sua finalização dentro do prazo estabelecido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Em 2025 e 2024, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31.03.2026.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) O&M. Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente destes contratos a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação do sistema de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para “o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra” em relação ao “CAPEX do Projeto”, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado “Parcela Variável” sobre à RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Ativo financeiro de concessão

O ativo financeiro referente ao empreendimento Novo Estado está sendo constituído em função da implementação do Reforço do Sistema Especial de Proteção (SEP), solicitado pela Aneel, o qual possui RAP associada, e que estão sendo reconhecidos à medida que as obrigações de performance são atendidas (construir, operar e manter) e o direito a receber se torna incondicional. A partir da entrada em operação do reforço, a Companhia passou a deter o direito contratual de receber a respectiva RAP, a qual será incorporada pelo regulador na próxima RTP. O saldo do ativo financeiro é atualizado mensalmente pelos mesmos índices de reajuste aplicáveis ao ativo de contrato.

d) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

h) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

i) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	38.405	33.720
Aplicações financeiras	42.122	51.021
	80.527	**84.741**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, em fundos exclusivos de investimentos, que têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e títulos privados, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 64.477 em 31.12.2025 (R$ 56.140 em 31.12.2024) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 24 dias.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R$ 61.751 (R$ 72.634 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 7. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutação do ativo de contrato

Saldo em 31.12.2023	**4.176.685**
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	6.972
Ganho por eficiência na construção	11.512
Juros	224.157
Variação monetária	304.178
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	5.456
Recebimentos RAP construção	(383.438)
Saldo em 31.12.2024	**4.345.522**
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(13.193)
Ganho por eficiência na construção	8.771
Juros	223.050
Variação monetária	299.314
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	11.981
Recebimentos RAP construção	(381.579)
Saldo em 31.12.2025	**4.493.866**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	387.519
Ativo não circulante	4.106.347
	4.493.866

O valor negativo no projeto Novo Estado refere-se: (i) baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto; e (ii) reversão de provisões por conta da reavaliação da expectativa de desembolso dos valores, reduzindo o custo de construção e consequentemente a receita de construção após a aplicação da margem de construção.

A atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP tem como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual foi ajustado para considerar a nova estimativa do fluxo financeiro. Como resultado, no exercício corrente, foi apurado, um ganho de R$ 11.981 (R$ 5.456 em 2024).

b) Ganho por eficiência na implementação de infraestrutura de transmissão.

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado. No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R$ 8.771 referente ao ganho por eficiência na construção da infraestrutura (R$ 11.512 em 2024). O ganho reconhecido em 2025 se deve a redução do custo total de construção, conforme explicação apresentada no item anterior.

c) Premissas adotadas e outras informações relevantes

	Novo Estado[1]
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)[2]	305.498
RAP anual – Construção (valor nominal)[2]	263.849
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2025	3,3 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2025	3.707.234
Entrada total em operação comercial	março de 2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	julho de 2028
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	08.03.2018
Vigência do contrato de concessão	março de 2048
Leilão	002/2017
Lote adquirido	Lote 3
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	35,7%
Quantidade de subestações	1
Extensão da linha de transmissão	1.800 km

(1) Em 18.05.2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.996, e em 11.10.2022, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.940, a Aneel autorizou a Novo Estado a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.
(2) Valores considerando a resolução homologatória nº 3.216 de 2023, que contempla a Revisão Tarifária Periódica.

d) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Novo Estado
2027	188.690
2028	191.900
2029	195.111
2030	195.111
2031	195.111
2032 a 2036	967.012
2037 a 2054	2.173.412
	4.106.347

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	15.155	26.179
Fornecedores de materiais e serviços	2.761	2.269
Outros	64	56
	17.980	**28.504**

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados. A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos. A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2025**	**2026**	**Provável**	**Δ + 25%[1]**	**Administração**
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Financiamentos				
IPCA	2.913.487	6.405	25.225	(1.217)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	2.913.487	2.921.117
(-) Depósitos vinculados	(61.751)	(72.634)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(80.527)	(84.741)
Dívida líquida	**2.771.209**	**2.763.742**
Patrimônio líquido	**1.517.417**	**1.467.122**
Dívida líquida/Patrimônio líquido	**1,8**	**1,9**

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	17.980	-	-	-	17.980	17.980
Financiamento	223.688	454.996	448.055	2.877.781	4.004.520	2.913.487
	241.668	**454.996**	**448.055**	**2.877.781**	**4.022.500**	**2.931.467**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	42.122	51.021
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	38.405	33.720
Contas a receber de clientes	64.477	56.140
Depósitos vinculados	61.751	72.634
	206.755	**213.515**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	17.980	28.504
Financiamentos	2.913.487	2.921.117
	2.931.467	**2.949.621**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	97.458	2.091.203	2.188.661	91.459	2.092.510	2.183.969
BASA	18.811	700.560	719.371	24.000	707.383	731.383
Encargos	5.455	-	5.455	5.765	-	5.765
	121.724	**2.791.763**	**2.913.487**	**121.224**	**2.799.893**	**2.921.117**

b) Mutação dos financiamentos

	Total
Saldo em 31.12.2023	**2.934.137**
Juros	143.701
Variação monetária	104.825
Amortização de principal	(117.192)
Amortização de juros	(144.354)
Saldo em 31.12.2024	**2.921.117**
Juros	134.860
Variação monetária	107.194
Amortização de principal	(106.616)
Amortização de juros	(143.068)
Saldo em 31.12.2025	**2.913.487**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2027	125.717
2028	129.042
2029	132.460
2030	135.893
2031	139.588
2032 a 2036	760.417
2037 a 2041	883.412
2042 a 2044	485.234
	2.791.763

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2025
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	2.193.050
BASA	IPCA + 1,44% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	720.437

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD[1] ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

No exercício findo em 31.12.2025 e em 31.12.2024, a Companhia atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seus contratos firmados com o BNDES e BASA.

NOTA 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

	31.12.2025				31.12.2024
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Receita/custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.129.938	282.485	101.694	384.179	298.056
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	424.788	106.197	38.231	144.428	154.463
Outros	9.760	2.440	879	3.319	3.475
Valor líquido		**173.848**	**62.584**	**236.432**	**140.118**

A mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos, se deu como segue:

Passivo em 31.12.2023	**36.260**
Impostos diferidos no resultado	103.858
Passivo em 31.12.2024	**140.118**
Impostos diferidos no resultado	96.314
Passivo em 31.12.2025	**236.432**

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025 e 31.12.2024, é de R$ 1.314.357, representado por 1.314.356.762 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à NEP.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Reserva legal	24.855	12.362
Reserva de retenção de lucros	178.205	140.403
	203.060	**152.765**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2025, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 178.205 do lucro do exercício de 2025 para reserva de retenção de lucros (R$ 140.403 em 2024).

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (após deduções previstas no Estatuto Social), ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. A distribuição dos dividendos do exercício de 2025 está apresentada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	249.858	197.057
Reserva legal	(12.493)	(9.853)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**237.365**	**187.204**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	59.341	46.801
Total dos dividendos anuais	**59.341**	**46.801**

c.1) Mutação dos dividendos

Saldo em 31.12.2023	**11.919**
Pagamento de dividendos	(47.677)
Dividendos intermediários	35.758
Dividendos mínimos obrigatórios	46.801
Saldo em 31.12.2024	**46.801**
Pagamento de dividendos	(187.204)
Dividendos intermediários	140.403
Dividendos mínimos obrigatórios	59.341
Saldo em 31.12.2025	**59.341**

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
Remuneração de ativo de contrato	522.364	528.335
Operação e manutenção	58.540	49.559
Receita de construção de infraestrutura de transmissão[1]	(13.193)	6.972
Outras receitas	9.089	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**576.800**	**584.866**

(1) O valor negativo no projeto Novo Estado refere-se: (i) baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto; e (ii) reversão de provisões por conta da reavaliação da expectativa de desembolso dos valores, reduzindo o custo de construção e consequentemente a receita de construção após a aplicação da margem de construção. Maiores informações vide nota 7 – Ativo de Contrato.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025			2024		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**353.204**	**353.204**	**353.204**	**324.636**	**324.636**	**324.636**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(88.301)**	**(31.788)**	**(120.089)**	**(81.159)**	**(29.217)**	**(110.376)**
Diferenças permanentes						
Outros	16.648	95	16.743	(12.636)	(4.567)	(17.203)
	(71.653)	**(31.693)**	**(103.346)**	**(93.795)**	**(33.784)**	**(127.579)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(834)	(6.198)	(7.032)	(17.429)	(6.292)	(23.721)
Diferido	(70.819)	(25.495)	(96.314)	(76.366)	(27.492)	(103.858)
	(71.653)	**(31.693)**	**(103.346)**	**(93.795)**	**(33.784)**	**(127.579)**
Alíquota efetiva	**20%**	**9%**	**29%**	**29%**	**10%**	**39%**

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de operação e manutenção (O&M)

A Companhia mantém contratos de operação e manutenção, vigentes até 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R$ 7.679.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE. Sua participação na referida apólice é no montante de R$ 288.164. para danos materiais. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	PASSIVO
	Dividendos
31.12.2025	
NEP	59.341
	59.341
31.12.2024	**46.801**

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Novo Estado Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca
Diretor Presidente

Matheus Amorim
Diretor Técnico-Operacional

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

Shape the future
with confidence

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 31 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

NOVO ESTADO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92

NIRE Nº 42 3 0005082-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (Novo Estado ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), Novo Estado é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Pará e Tocantins, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 03/2018-Aneel Lote 03. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 305,5 milhões (base julho/2023).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 03/2018- Lote 03 Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Xingu – Serra Pelada (circuit 1)	443,0	500
Xingu – Serra Pelada (circuit 2)	443,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuit 1)	415,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuit 2)	415,0	500
Serra Pelada - Itacaiúnas	115,0	500
Total	**1.831,0**	

Subestação	Voltagem	Transformadores	Área
Serra Pelada	500/√3 kV	9x60 MVA = 1.620 MVA	808.400 m²

A Companhia não tem empregados e sua Administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado no ativo.

Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Novo Estado Participações S.A. (“NEP”), uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R$ 5,50.

Desempenho operacional

O índice de disponibilidade total em 2025 atingiu 99,98%, 0,02 p.p. inferior ao obtido em 2024, de 100,00%. O ativo tem apresentado resultados de performance operacional de excelência desde sua entrada em operação comercial.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2025	2024	Variação (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	445.234	430.821	14.413	3,3%
Lucro da atividade	285.546	287.943	(2.397)	-0,8%
Margem bruta	64%	67%		-2,7%
Ebitda (Lajida)[1]	414.872	408.405	6.467	1,6%
Depreciação e amortização	(129.326)	(120.462)	(8.864)	7,4%
Resultado financeiro	(221.185)	(245.344)	24.159	-9,8%
Imposto de renda e contribuição social	(17.224)	(11.438)	(5.786)	50,6%
Lucro líquido	47.137	31.161	15.976	51,3%

1 Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Receita operacional líquida: aumento de R$ 14.413 entre os exercícios, ocasionado, principalmente, pelo ajuste de inflação do ciclo atual. Este aumento foi suavizado pela revisão tarifária aplicada a partir de junho de 2024.

Lucro da Atividade: diminuição de R$ 2.397 como resultado, principalmente, do aumento do custo com depreciação e amortização, no montante de R$ 8.864 e pelo aumento nos custos de pessoal, no montante de R$ 9.482.

Ebitda: o aumento é oriundo, substancialmente, dos impactos supracitados.

Resultado financeiro: efeito positivo motivado, principalmente, pela manutenção do caixa e dos respectivos efeitos da rentabilidade das aplicações financeiras.

Lucro líquido: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

Agradecimentos

A Administração de Novo Estado agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.527	84.741
Contas a receber de clientes	5	64.477	56.140
Crédito de imposto de renda e contribuição social		21.499	23.459
Outros ativos circulantes		25.238	25.034
		191.741	**189.374**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	61.751	72.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	3.475
Outros ativos não circulantes		1.192	207
		62.943	**76.316**
Imobilizado	7	**3.849.103**	**3.985.477**
Intangível		**33.513**	**35.074**
		3.945.559	**4.096.867**
TOTAL		**4.137.300**	**4.286.241**

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	17.980	28.504
Dividendos	11.c	59.341	46.801
Financiamentos	10	121.724	121.224
Obrigações fiscais e regulatórias		4.746	4.735
Outros passivos circulantes		3.921	3.278
		207.712	**204.542**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	10	2.791.763	2.799.893
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.715	-
Outros passivos não circulantes		1.739	9
		2.800.217	**2.799.902**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11**		
Capital social		1.314.357	1.314.357
Reservas de lucros		203.060	152.765
Proventos excedentes da contabilidade societária		(388.046)	(185.325)
		1.129.371	**1.281.797**
TOTAL		**4.137.300**	**4.286.241**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**497.288**	**481.464**
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	488.199	481.464
Outras Receitas	9.089	-
Deduções da receita bruta		
Tributos	**(45.998)**	**(44.535)**
PIS	(8.205)	(7.944)
Cofins	(37.793)	(36.591)
Encargos – Parcela "A"	**(6.056)**	**(6.108)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.353)	(4.304)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.703)	(1.804)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**445.234**	**430.821**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"	**(157.823)**	**(141.424)**
Depreciação e amortização	(129.326)	(120.462)
Serviços de terceiros	(14.550)	(18.298)
Pessoal e administradores	(9.629)	(147)
Outros custos operacionais	(4.318)	(2.517)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.865)	(1.454)
LUCRO DA ATIVIDADE	**285.546**	**287.943**
Resultado financeiro		
Renda de aplicações financeiras	7.220	2.928
Rendas de depósitos vinculados	9.540	7.630
Juros sobre financiamentos	(134.860)	(143.701)
Variação monetária sobre financiamentos	(107.194)	(104.825)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	4.109	(7.376)
	(221.185)	**(245.344)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**64.361**	**42.599**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(17.224)	(11.438)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**47.137**	**31.161**
Lucro por ação básico e diluído – em reais	**0,0359**	**0,0237**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**47.137**	**31.161**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**47.137**	**31.161**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proventos excedentes da contabilidade societária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023		**1.314.357**	**2.509**	**35.758**	**(19.429)**	**-**	**1.333.195**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.161	31.161
Dividendos intermediários		-	-	(35.758)	-	-	(35.758)
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(165.896)	165.896	-
Destinações propostas à AGO[1]:							
-Reserva legal		-	9.853	-	-	(9.853)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(46.801)	(46.801)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	140.403	-	(140.403)	-
Saldos em 31.12.2024	**11**	**1.314.357**	**12.362**	**140.403**	**(185.325)**	**-**	**1.281.797**
Lucro líquido do exercício		-	-		-	47.137	47.137
Dividendos intermediários				(140.403)			(140.403)
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(202.721)	202.721	-
Dividendos não reclamados		-	-	-	-	181	181
Destinações propostas à AGO[1]:							
-Reserva legal		-	12.493	-	-	(12.493)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(59.341)	(59.341)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	178.205	-	(178.205)	-
Saldos em 31.12.2025	**11**	**1.314.357**	**24.855**	**178.205**	**(388.046)**	**-**	**1.129.371**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIO (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	64.361	42.599
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Juros sobre financiamentos	134.860	143.701
Depreciação e amortização	129.326	120.462
Variação monetária sobre financiamentos	107.194	104.825
Rendimentos sobre depósitos vinculados ao serviço da dívida	(9.540)	(7.630)
Outros	5.558	1.441
Resultado antes dos tributos ajustado	**431.759**	**405.398**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(8.355)	(11.159)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	1.960	(20.706)
Outros ativos	11.006	(6.184)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	500	1.375
Obrigações fiscais e regulatórias	(16)	(800)
Outros passivos	(822)	(6.111)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**436.032**	**361.813**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(143.068)	(144.354)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(11.452)	(15.011)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**281.512**	**202.448**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(12.329)	(20.148)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(12.329)**	**(20.148)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de financiamentos	(106.616)	(117.192)
Pagamento de dividendos	(187.204)	(47.677)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	20.423	11.903
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(273.397)**	**(152.966)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.214)**	**29.334**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	84.741	55.407
Saldo final	80.527	84.741
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.214)**	**29.334**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	(11.024)	(12.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 03, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza aproximadamente 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018.

Em 27.02.2023, a Companhia finalizou a implantação do Projeto Novo Estado a partir da energização das linhas de transmissão entre as subestações Xingu e Serra Pelada, última etapa necessária para o atingimento da operação integral do sistema de transmissão. A operação comercial iniciou em dezembro de 2021 e teve sua finalização dentro do prazo estabelecido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Em 2025 e 2024, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico versão de 2022, estruturado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021 e revisado e aprovado pelo Despacho nº 2.904 de 17.09.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 15 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis regulatórias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis regulatórias. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado. Adicionalmente, os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, e são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

c) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no de concessão.

d) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis societárias pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Receita de operações com transmissão de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada a terceiros pelo uso da infraestrutura do sistema de transmissão e receitas não faturadas pela disponibilização do uso das linhas, redes e subestações do sistema de transmissão. Essa receita refere-se à prestação de serviços relativos à disponibilização instalações de rede básica, transformadores de fronteira e demais instalações de transmissão. A receita é reconhecida quando o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar de cada agente de transmissão, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de transmissão entre o Poder Concedente e a Outorgada.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	38.405	33.720
Aplicações financeiras	42.122	51.021
	80.527	**84.741**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, em fundos exclusivos de investimentos, que têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e títulos privados, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 64.477 em 31.12.2025 (R$ 56.140 em 31.12.2024) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 24 dias.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R$ 61.751 (R$ 72.634 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 7. IMOBILIZADO

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou o Lote 03 do Leilão de Transmissão n° 02/2017, promovido pela Aneel, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) desta concessão é de R$ 313.100, com deságio de 35,7% em relação à receita máxima determinada pela Aneel no momento do leilão, de R$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2025, era de R$ 3,3 bilhões.

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor bruto em 31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2025	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2025	Valor líquido em 31.12.2024
Transmissão									
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	63.067	-	-	240	63.307	240	(8.145)	55.162	57.334
Máquinas e equipamentos	4.163.283	-	(9.911)	2.494	4.155.866	(7.417)	(373.554)	3.782.312	3.914.679
Terrenos	5.941	-	-	-	5.941	-	(888)	5.053	5.280
Veículos	1.147	-	-	-	1.147	-	(324)	823	987
Outros	195	-	(3)	5	197	2	(42)	155	165
Subtotal	**4.233.633**	**-**	**(9.914)**	**2.739**	**4.226.458**	**(7.175)**	**(382.953)**	**3.843.505**	**3.978.445**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor bruto em 31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2025	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2025	Valor líquido em 31.12.2024
Transmissão									
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	374	1.305	-	(464)	1.215	841	-	1.215	374
Máquinas e equipamentos	5.850	-	-	(2.275)	3.575	(2.275)	-	3.575	5.850
Adiantamento a fornecedores	808	-	-	-	808	-	-	808	808
Subtotal	**7.032**	**1.305**	**-**	**(2.739)**	**5.598**	**(1.434)**	**-**	**5.598**	**7.032**
Total do Ativo Imobilizado	**4.240.665**	**1.305**	**(9.914)**	**-**	**4.232.056**	**(8.609)**	**(382.953)**	**3.849.103**	**3.985.477**

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023
Transmissão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	63.067	-	-	-	63.067	-	(5.733)	57.334	59.726
Máquinas e equipamentos	4.149.936	-	(154)	13.501	4.163.283	13.347	(248.604)	3.914.679	4.017.432
Terrenos	5.941	-	-	-	5.941	-	(661)	5.280	5.508
Veículos	650	-	-	497	1.147	497	(160)	987	642
Outros	187	-	-	8	195	8	(30)	165	169
Subtotal	**4.219.781**	**-**	**(154)**	**14.006**	**4.233.633**	**13.852**	**(255.188)**	**3.978.445**	**4.083.477**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023
Transmissão									
Veículos	472	-	-	(472)	-	(472)	-	-	472
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	374	-	-	374	374	-	374	-
Máquinas e equipamentos	4.235	10.744	-	(9.129)	5.850	1.615	-	5.850	4.235
A ratear	-	4.405	-	(4.405)	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	8.707	(7.899)	-	-	808	(7.899)	-	808	8.707
Subtotal	**13.414**	**7.624**	**-**	**(14.006)**	**7.032**	**(6.382)**	**-**	**7.032**	**13.414**
Total do Ativo Imobilizado	**4.233.195**	**7.624**	**(154)**	**-**	**4.240.665**	**7.470**	**(255.188)**	**3.985.477**	**4.096.891**

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	15.155	26.179
Fornecedores de materiais e serviços	2.761	2.269
Outros	64	56
	17.980	**28.504**

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

b) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	17.980	-	-	-	17.980	17.980
Financiamento	223.688	454.996	448.055	2.877.781	4.004.520	2.913.487
	241.668	**454.996**	**448.055**	**2.877.781**	**4.022.500**	**2.931.467**

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	42.122	51.021
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	38.405	33.720
Contas a receber de clientes	64.477	56.140
Depósitos vinculados	61.751	72.634
	206.755	**213.515**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	17.980	28.504
Financiamentos	2.913.487	2.921.117
	2.931.467	**2.949.621**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	97.458	2.091.203	2.188.661	91.459	2.092.510	2.183.969
BASA	18.811	700.560	719.371	24.000	707.383	731.383
Encargos	5.455	-	5.455	5.765	-	5.765
	121.724	**2.791.763**	**2.913.487**	**121.224**	**2.799.893**	**2.921.117**

b) Mutação dos financiamentos

	Total
Saldo em 31.12.2023	**2.934.137**
Juros	143.701
Variação monetária	104.825
Amortização de principal	(117.192)
Amortização de juros	(144.354)
Saldo em 31.12.2024	**2.921.117**
Juros	134.860
Variação monetária	107.194
Amortização de principal	(106.616)
Amortização de juros	(143.068)
Saldo em 31.12.2025	**2.913.487**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2027	125.717
2028	129.042
2029	132.460
2030	135.893
2031	139.588
2032 a 2036	760.417
2037 a 2041	883.412
2042 a 2044	485.234
	2.791.763

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2025
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	2.193.050
BASA	IPCA + 1,44% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	720.437

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD[1] ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

No exercício findo em 31.12.2025 e em 31.12.2024, a Companhia atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seus contratos firmados com o BNDES e BASA.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025 e 31.12.2024, é de R$ 1.314.357, representado por 1.314.356.762 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à NEP.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Reserva legal	24.855	12.362
Reserva de retenção de lucros	178.205	140.403
	203.060	**152.765**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2025, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 178.205 do lucro do exercício de 2025 para reserva de retenção de lucros (R$ 140.403 em 2024).

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário do exercício (após deduções previstas no Estatuto Social), ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

Saldo em 31.12.2023	**11.919**
Pagamento de dividendos	(47.677)
Dividendos intermediários	35.758
Dividendos mínimos obrigatórios	46.801
Saldo em 31.12.2024	**46.801**
Pagamento de dividendos	(187.204)
Dividendos intermediários	140.403
Dividendos mínimos obrigatórios	59.341
Saldo em 31.12.2025	**59.341**

d) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 12. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de operação e manutenção (O&M)

A Companhia mantém contratos de operação e manutenção, vigentes até 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R$ 7.679.

NOTA 13. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE. Sua participação na referida apólice é no montante de R$ 288.164 para danos materiais. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	PASSIVO
	Dividendos
31.12.2025	
NEP	59.341
	59.341
31.12.2024	**46.801**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	Receita
	Suprimento de energia
2025	
ENGIE	4.565
CEE[1]	422
Jaguara	644
EEC[2] e EEN[3]	122
CLWP[4]	524
Umburanas	223
Santo Agostinho	299
Assú Sol	353
Assuruá Participações I	100
Assuruá Participações II	38
Assuruá Participações III	235
Assuruá Participações IV	56
Assuruá Participações VI	30
Assuruá Participações V	29
UHE Santo Antônio do Jari	139
Outras	311
	8.090
2024	**6.122**

(1) Companhia Energética Estreito.
(2) Energias Eólicas do Ceará Ltda.
(3) Energias Eólicas do Nordeste Ltda.
(4) Conjunto Eólico Campo Largo.

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E Ssocietários

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

		31.12.2025			31.12.2024		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		80.527	-	80.527	84.741	-	84.741
Contas a receber de clientes		64.477	-	64.477	56.140	-	56.140
Crédito de imposto de renda e contribuição social		21.499	-	21.499	23.459	-	23.459
Ativo de contrato	(i)	-	387.519	387.519	-	356.719	356.719
Outros ativos circulantes		25.238	-	**25.238**	**25.034**	-	**25.034**
		191.741	**387.519**	**579.260**	**189.374**	**356.719**	**546.093**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Ativo de contrato	(i)	-	4.106.347	4.106.347	-	3.988.803	3.988.803
Depósitos vinculados		61.751	-	61.751	72.634	-	72.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	3.475	(3.475)	-
Outros ativos não circulantes	(ii)	1.192	2.644	3.836	207	373	580
		62.943	**4.108.991**	**4.171.934**	**76.316**	**3.985.701**	**4.062.017**
Imobilizado	(i)	**3.849.103**	**(3.845.424)**	**3.679**	**3.985.477**	**(3.982.153)**	**3.324**
Intangível	(i)	**33.513**	**(33.323)**	**190**	**35.074**	**(34.824)**	**250**
TOTAL		**4.137.300**	**617.763**	**4.755.063**	**4.286.241**	**325.443**	**4.611.684**

		31.12.2025			31.12.2024		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		17.980	-	17.980	28.504	-	28.504
Dividendos		59.341	-	59.341	46.801	-	46.801
Financiamentos		121.724	-	121.724	121.224	-	121.224
Obrigações fiscais e regulatórias		4.746	-	4.746	4.735	-	4.735
Outros passivos circulantes		3.921	-	3.921	3.278	-	3.278
		207.712	**-**	**207.712**	**204.542**	**-**	**204.542**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos		2.791.763	-	2.791.763	2.799.893	-	2.799.893
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(iii)	6.715	229.717	236.432	-	140.118	140.118
Outros passivos não circulantes		1.739	-	1.739	9	-	9
		2.800.217	**229.717**	**3.029.934**	**2.799.902**	**140.118**	**2.940.020**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		1.314.357	-	1.314.357	1.314.357	-	1.314.357
Reservas de lucros		203.060	-	203.060	152.765	-	152.765
Proventos excedentes da contabilidade societária		(388.046)	388.046	-	(185.325)	185.325	-
		1.129.371	**388.046**	**1.517.417**	**1.281.797**	**185.325**	**1.467.122**
TOTAL		**4.137.300**	**617.763**	**4.755.063**	**4.286.241**	**325.443**	**4.611.684**

Demonstração do resultado

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**497.288**	**91.201**	**588.489**	**481.464**	**113.197**	**594.661**
Receita de implementação de infraestrutura	(iv)	-	(13.193)	(13.193)	-	6.972	6.972
Remuneração do ativo de contrato	(v)	-	522.363	522.363	-	528.335	528.335
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	(vi)	488.199	(417.969)	70.230	481.464	(422.110)	59.354
Outras receitas		9.089	-	9.089	-	-	-
Deduções da receita bruta							
Tributos		**(45.998)**	**38.662**	**(7.336)**	**(44.535)**	**39.044**	**(5.491)**
PIS	(iv)	(8.205)	6.896	(1.309)	(7.944)	6.965	(979)
Cofins	(iv)	(37.793)	31.766	(6.027)	(36.591)	32.079	(4.512)
Encargos – Parcela "A"		**(6.056)**	**-**	**(6.056)**	**(6.108)**	**-**	**(6.108)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(4.353)	-	(4.353)	(4.304)	-	(4.304)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(1.703)	-	(1.703)	(1.804)	-	(1.804)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**445.234**	**129.863**	**575.097**	**430.821**	**152.241**	**583.062**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		**(157.823)**	**146.996**	**(10.827)**	**(141.424)**	**124.328**	**(17.096)**
Custo de implementação de infraestrutura	(vii)	-	21.648	21.648	-	6.376	6.376
Depreciação e amortização	(viii)	(129.326)	128.955	(371)	(120.462)	120.124	(338)
Serviços de terceiros	(ix)	(14.550)	(3.607)	(18.157)	(18.298)	(2.172)	(20.470)
Pessoal e administradores		(9.629)	-	(9.629)	(147)	-	(147)
Outros custos operacionais		(4.318)	-	(4.318)	(2.517)	-	(2.517)
				-			-
Outras despesas operacionais, líquidas	(ix)	(1.865)	11.984	10.119	(1.454)	5.468	4.014
LUCRO DA ATIVIDADE		**285.546**	**288.843**	**574.389**	**287.943**	**282.037**	**569.980**
Resultado financeiro							
Renda de aplicações financeiras		7.220	-	7.220	2.928	-	2.928
Rendas de depósitos vinculados		9.540	-	9.540	7.630	-	7.630
Juros sobre financiamentos		(134.860)	-	(134.860)	(143.701)	-	(143.701)
Variação monetária sobre financiamentos		(107.194)	-	(107.194)	(104.825)	-	(104.825)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		4.109	-	4.109	(7.376)	-	(7.376)
		(221.185)	**-**	**(221.185)**	**(245.344)**	**-**	**(245.344)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**64.361**	**288.843**	**353.204**	**42.599**	**282.037**	**324.636**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(x)	(17.224)	(86.122)	(103.346)	(11.438)	(116.141)	(127.579)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**47.137**	**202.721**	**249.858**	**31.161**	**165.896**	**197.057**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,0359**	**-**	**0,1901**	**0,0237**	**-**	**0,1499**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (ii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) Ativo de contrato, ativo financeiro de concessão, imobilizado, intangível, receita e custo de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de contrato

Na contabilidade societária, a parcela correspondente aos custos de construção, adicionadas de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos de gestão da construção, é reconhecida como ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. Os gastos decorrentes da construção da linha de transmissão são reconhecidos diretamente no resultado no exercício, na rubrica de "Custo de implementação da infraestrutura". Em contrapartida, para fins regulatórios estes gastos são reconhecidos no imobilizado e não há reconhecimento de receita de implementação de infraestrutura.

Na contabilidade societária, a RAP construção corresponde à parcela de realização do ativo de contrato. No regulatório esse valor é reconhecido como receita de operações com transmissão de energia elétrica. Além disso, tanto na contabilidade regulatória quanto na societária a receita de operação e manutenção (O&M) é reconhecida em contrapartida ao resultado, não gerando diferença entre as contabilidades.

O ativo financeiro está sendo constituído em função da implementação do Reforço do Sistema Especial de Proteção (SEP), solicitado pela Aneel, o qual possui RAP associada, e que estão sendo reconhecidos à medida que as obrigações de performance são atendidas (construir, operar e manter) e o direito a receber se torna incondicional. A partir da entrada em operação do reforço, a Companhia passou a deter o direito contratual de receber a respectiva RAP, a qual será incorporada pelo regulador na próxima RTP. Em contrapartida, para fins regulatórios o montante foi reconhecido no ativo imobilizado.

Adicionalmente, os juros referentes ao financiamento com o BNDES foram capitalizados na contabilidade regulatória até a conclusão da construção do sistema de transmissão encerrada em 2023.

(iii) e (x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos das diferenças acima apresentadas geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item acima.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2025
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Saldo no início do exercício	**(185.325)**
(iii) Receita de implementação de infraestrutura, líquida	(25.469)
(iv) Remuneração do ativo de contrato	(522.363)
(v) Receita de operações com transmissão de energia elétrica	417.969
(vi) Custo de implementação de infraestrutura	(21.648)
(viii) Depreciação e amortização	(128.955)
(ix) Outros custos não gerenciáveis – Parcela "B"	(8.377)
(x) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	86.122
Saldo no final do exercício	**(388.046)**

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2025, da Novo Estado Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca
Diretor Presidente

Matheus Amorim
Direto Técnico-Operacional

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Shape the future
with confidence

Taruma Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias ("demonstrações contábeis") da **NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos
A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Shape the future
with confidence

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 24 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Novo Estado Transmissora de Energia S.A.

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

Florianópolis, 24 de abril de 2026.

_____
Gustavo Henrique Labanca
Diretor Executivo

_____
Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

_____
Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Este documento foi assinado eletronicamente por Gustavo Henrique Labanca, Leonardo Germano Depine e Romary Dos Anjos Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D39D-E3BF-76F7-BD17.

Este documento foi assinado eletronicamente por Gustavo Henrique Labanca, Leonardo Germano Depine e Romary Dos Anjos Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D39D-E3BF-76F7-BD17.